

# O Espaço Coletivo nas Bordas do Rio: Um Lugar para o Projeto da Cidade

ANDRÉA MELO LINS STORCH (1)

DÉBORAH ALMEIDA (2)

## RESUMO

Este artigo aborda o papel dos espaços abertos no projeto da cidade a partir da relação de objetos por ela constituída. Tal interesse decorre das consequências geradas pela supremacia do objeto sobre suas relações, visto que, tais relações foram resultantes de normativas urbanísticas que se embasaram pela interpretação dos princípios do movimento moderno. Nesse âmbito, a visão sistêmica do território passa a ser uma abordagem para a disciplina do projeto arquitetônico que, ao tomar como contexto a trama construída, deve incluir seu suporte natural de forma interrelacionada. Para sua discussão, foi analisado um recorte do rio Capibaribe na cidade do Recife. Nos últimos 40 anos, fragmentos de sua paisagem foram transformados pela substituição da habitação unifamiliar pela multifamiliar vertical, pouco considerando as relações espaciais e seus resultados enquanto espaços coletivos. Extendidas ao longo do rio na atualidade, elas contrariam a qualidade de suas bordas como parte do território da cidade.

**Palavras-chave:** bordas de rios; relações espaciais; ensino do projeto.

## **ABSTRACT**

This article is about the open space paper in the city project from the object relation constituted by it. Such interest passes of the consequences generated by the supremacy of this relation object and its relations which were resultant of the urban normative, based by the modern movement principles interpretation. In this field, the territory systemic vision becomes a line of study for the architecture project discipline, which takes the built context to include its natural support establishing reciprocal relations. For this subject discussion it was analyzed a cut of the Capibaribe river in Recife city. In the last 40 years, fragments of these landscapes were transformed by the replacement of the unifamiliar home by the vertical multifamiliar considering just a bit of the relations space and its results like collective spaces. Actually, this problem extends to the river long way and they are against its edges quality like a part of the city territory.

Key-words: edges of rivers; relations space; project.

## RESUMO

Este artículo aborda el papel de los espacios abiertos en el proyecto de la ciudad a partir de la relación de los objetos por ella constituida. Tal interés transcurre de las consecuencias generadas por la supremacía del objeto sobre sus relaciones, pues tales relaciones fueron resultantes de normativas urbanísticas embazadas por la interpretación de los principios del movimiento moderno. En ese ámbito, la visión sistémica del territorio pasa a ser una línea de estudio para la disciplina del proyecto de arquitectura, donde al contexto de la trama construida, debe incluirse su soporte natural estableciendo relaciones recíprocas. Para la discusión de ese tema, fue analizado un recorte del río Capibaribe en la ciudad de Recife. En los últimos 40 años, fragmentos de su paisaje fueron transformados por la sustitución de la habitación unifamiliar por la multifamiliar vertical, poco considerando las relaciones espaciales y sus resultados como espacios colectivos. Extendidas al largo del río en la actualidad, ellas contrarían la calidad de sus bordes como parte del territorio de la ciudad.

Palabras clave: bordes de ríos; relaciones espaciales; enseñanza del proyecto.

## Introdução

Estudos recentes vêm revelando a importância em investigar a arquitetura de espaços das bordas de rios urbanos devido à variedade tipo-morfológica que, ora permite uma maior integração entre o ambiente construído e as águas, ora não a favorece.

Tecidos constituídos a partir de uma sucessão de normativas urbanísticas, com pouca atenção com a forma resultante do conjunto edificado, conformam fragmentações espaciais que muito caracterizam as bordas dos rios, principalmente em territórios de expansão histórica, como um tipo de periferia urbana. Nesse caso, não é a localização, longe do centro principal, que confere o tecido como periférico, mas sim, as semelhanças que guardam com o tipo de configuração espacial. Acontecem em bordas de eixos de água que cortam as cidades em seus principais bairros.



O Recife e rio Capibaribe no século XVI



O Recife e rio Capibaribe no século XVIII



O Recife e rio Capibaribe no século XIX

**Figura 01:** Transformação por acumulação. Parte do tecido urbano da cidade do Recife e as águas dos rios. Fonte: Desenho elaborado sobre mapas antigos do Recife em formação por Raphaela Resende.

Residem em tipos de tecidos que foram se configurando as margens de rios que, por acumulação e substituição, possuem morfologias heterogêneas e complexas, quando se busca identificar uma “ordem” ou uma relação. Consolidados nos últimos quarenta anos, foram resultantes da colocação de regras urbanas em prática, como as leis de uso e ocupação do solo, embasadas por interpretações, muitas vezes desvirtuadas, do movimento moderno.

Os princípios desse movimento, como elaborou o arquiteto franco-suíço Le Corbusier (1887-1965), defendia o edifício solto do solo sobre pilotis, liberando-o e tornando-o público, perdendo assim, a característica de espaço privado. A coletivização do espaço urbano viria conferir ao lote o estrito papel de assento das edificações, retirando-lhe uma das suas principais características de solo privado. Por sua vez, como afirma Montaner (2009), o arquiteto finlandês Alvar Aalto (1898-1976), ao projetar seus edifícios, mostrava uma grande sensibilidade em relação ao espaço aberto, buscando fundir o objeto ao contexto. Buscava uma paisagem de síntese, feita de vazio e de massa. Adotando tais intenções em suas obras, independente da escala em que trabalhava, articulava as massas de maneira a criar vazios com formas. Montaner vai além, ao defender que a

arquitetura moderna buscou projetar sistematicamente o espaço aberto, ao dizer que, como matéria invisível entre as formas abstratas, permite articular a complexidade edificatória.

Todavia, em muitos contextos como é o caso do Brasil, não predominou esse pensamento, mas sim, a clara separação entre os espaços privados e os públicos, em grande parte, devido ao fechamento do lote e a supressão dos pilotis das edificações.



**Figura 02:** A edificação suspensa sobre pilotis.  
Fonte: RIO pra poucos. Palácio Gustavo Capanema, 2011.

A cidade resultante da aplicação dos parâmetros contidos na normativa moderna continua atualmente projetando espaços, construídos e abertos, sem possuir relações intencionadas, provocando uma contínua separação que vai pouco a pouco compondo tecidos fragmentados, que se intensificam na medida em que se aproximam de rios, configurando assim, seus espaços de bordas.

Em meio a este contexto, o aprofundamento investigativo de partes desses tecidos leva a identificação de algumas zonas com características homogêneas (Sabaté, 2005), com conteúdos espaciais similares, propiciando certas articulações que configuram espaços coletivos, sejam estes de domínio público ou privado. Tal afirmativa se apoia na convicção de que os atributos desses espaços, dependendo de seus arranjos e do modo como são habitados, conformam espaços coletivos que atuam como um importante elemento de integração entre o tecido edificado e o “grande espaço público”, no caso o rio.

Ao estudar a arquitetura desses espaços, este artigo busca discutir a importância do ensino do projeto do objeto, considerando-o como parte de um sistema de outros objetos. Esse entendimento salienta suas relações e ressalta o papel do espaço aberto, principalmente o de uso coletivo. Para tanto, toma como objeto de estudo, as bordas do rio Capibaribe na cidade do Recife em seu primeiro território de expansão urbana. Um recorte de sua paisagem com características morfológicas distintas e mesma tipologia edificada, multifamiliar vertical, vem trazer elementos para o debate da arquitetura que se reproduz em bordas de rios urbanos.

## Aproximações Espaciais

Os elementos morfológicos e tipológicos que compõem a cidade podem ser identificados a partir de diferentes escalas. Aos elementos mínimos, na leitura da escala urbana, inicia-se pelo reconhecimento do solo referente à topografia, à forma do terreno, à projeção bidimensional no plano do tecido edificado e seus espaços de vazios, entendidos nesse trabalho como espaços abertos. O reconhecimento desses elementos e de outros, em outras escalas de análise, devem se relacionar para se ter uma leitura sistêmica do meio ambiente ou de sua arquitetura.

Na década de 1960, investigações sobre a tipologia edilícia e a forma da cidade, elaboradas por vários autores que criticavam os princípios do movimento moderno, principalmente da escola italiana e francesa, como, Carlo Aymonino (1975), Aldo Rossi (1966-1995), Philippe Panerai (2006), salientavam a importância das relações existentes entre a morfologia urbana e a tipologia edificada.

Os edifícios e seus tipos se agrupam configurando outros e diferentes tipos, influenciando-se mutuamente, ou seja, a tipologia edificada influencia a forma urbana e esta exerce influência sobre a tipologia. Nesse sentido, o lote não pode ser compreendido apenas como o local onde o edifício está implantado, pois faz parte dele, estando o edifício a ele vinculado ao ser analisado. Todavia, o lote foi e ainda é, em muitos casos, um elemento de separação entre os espaços, como o espaço público e o privado. Por sua vez, o conjunto dos lotes constitui a quadra ou o quarteirão que, por meio da forma de suas parcelas, interage com outros elementos do espaço urbano.

Parcelas, quadras, ruas, enfim espaços abertos e construídos, partes ou elementos que vão constituindo a estrutura urbana ao interagir com o suporte natural do território o qual se desenvolveu, formam um sistema. Nesse sentido não se pode perder de vista essa condição de sistema ao se projetar ou investigar um recorte do mesmo.

Como bem afirma Folch (2003, p23), o sistema urbano não pode desligar-se do sistema territorial em que se encontra imerso. A influência de cada parte sobre a outra é clara nesse sentido. Desde a concepção da trama urbana, ou a forma de inscrição de seu traçado no relevo, a disposição das ruas e dos blocos edificados, o desenho urbanístico dos bairros, suas formas de costura com os adjacentes, a conformação das infraestruturas e, por fim, a base natural sobre a qual todos os elementos interagem.

## **Espaço aberto na trama.**

No mesmo caminho, o espaço aberto coletivo na trama urbana é entendido como uma relação, e não, como um objeto isolado e em termos de propriedade administrativa. Assim, consideramos por muitas vezes, não serem exatamente nem públicos e nem privados, mas podendo ser um ou outro, ou ambos de uma só vez: *“Espaços públicos absorvidos por usos particulares, ou espaços privados que adquirem uma utilização coletiva”* (Morales, 2008, p.188).

Por sua vez, a importância do espaço aberto público pode ser independente de seu tamanho, protagonismo ou dominância, mas se pautar na sua relação com os espaços abertos privados. Como afirma Morales, sua importância estaria em dar um caráter urbano, público aos espaços abertos das edificações, ou seja, edifícios e lugares que sem eles só seriam privados. Assim, uma função dos espaços públicos seria o de urbanizar o privado ou convertê-lo em parte do público. Esse estado cambiante de sentir e se apropriar de espaços abertos independente de seu domínio é o que denominamos de espaço coletivo.

Como lugar onde a vida urbana acontece e se desenvolve, o espaço aberto coletivo deveria então permear as práticas projetuais, mas não é o que se verifica. Esse tipo de espaço tem sido criado “aleatoriamente” pelas práticas espaciais de quem os habita, ainda aquém de ser objeto ou pela intencionalidade do projeto.

## **Paisagem de síntese ou espaços de bordas.**

Partindo-se da premissa de que a forma natural do território é o fundamento primeiro de sua identidade e que, portanto, precisa fundamentar sua ordenação (SABATÉ, 2005), as práticas projetuais necessitam buscar o entendimento de cada parte do território, tomando como valores suas especificidades e entendendo como elemento constitutivo do sistema urbano. Assim, sua leitura e projeção estão vinculadas, tanto às suas singularidades, quanto às suas inter-relações.

Muito aquém de se verificar no território das cidades essa condição sistêmica, as bordas de rios se conferem como espaços de fronteiras ou limites desvinculados de suas especificidades, mais relacionados com as formas das tramas espaciais dos bairros adjacentes às águas.

Ao longo da história foi diferente, os rios atuaram como elementos de grande força na estruturação dos espaços, no que concerne à forma em que foram se conformando os tecidos a partir de suas margens. Assim, chegaram a ser considerados eixos estruturantes no desenho espontâneo de fragmentos de espaços das cidades, deixando marcas na atualidade.

Segundo Lamas (1992, p.11), “o tempo é fundamental para compreender o território como objeto físico e também para posicionar a intervenção do arquitecto: Intervenção num dado momento que modifica a forma existente e que poderá também sofrer um processo de evolução”.

Bordas impregnadas de história, muitas totalmente substituídas formalmente, encontram-se na atualidade, como fundo do sistema urbano. Desde o acesso aos rios, ao longo de suas margens, à sua visibilidade e à permeabilidade das edificações implantadas nas suas bordas, há um grande comprometimento na interface necessária para a construção de uma paisagem integradora.

Essa problemática tem sido posta como uma necessidade de recuperar o potencial dos rios para as cidades, mas, todavia, colocamos de outra forma: O foco do problema não estaria no papel dos espaços abertos frente aos espaços construídos? Papel este tratado indevidamente pelas normativas urbanísticas, pelos projetos e pelos planos ou finalmente pela visão distorcida e não sistêmica do território?

Como colocamos essa problemática já nasce obviamente na maneira como se dá o ensino do projeto arquitetônico ou urbano. Se as materializações mostram o que afirmamos, é fato que esses argumentos permeiam tanto o pensamento arquitetônico urbanístico, como sua investigação, ensino e prática projetual. Cabe-se então criar e estabelecer estratégias de ensino que tratem das relações entre os objetos ao projetá-los. Um território propício para por em prática tais indagações são o das bordas de rios, como já foi dito e será enfatizado no decorrer deste estudo.

## **Reflexões sobre um caso**

O Capibaribe, um importante rio de 240 quilômetros de extensão, nasce na Serra do Jacarará, município de Poção – PE. Possui cerca de 70 afluentes e banha 42 municípios pernambucanos até chegar ao Recife e desaguar no Oceano Atlântico. Seu curso é dividido em três partes: o alto e o médio curso, situados no Polígono das Secas, onde o rio apresenta regime temporário (cheio sazonalmente) e o baixo curso, quando se torna perene, a partir do município de Limoeiro, no agreste do estado. Tem importância desde os tempos dos engenhos, quando seu solo massapê contribuía com o cultivo de cana-de-açúcar.

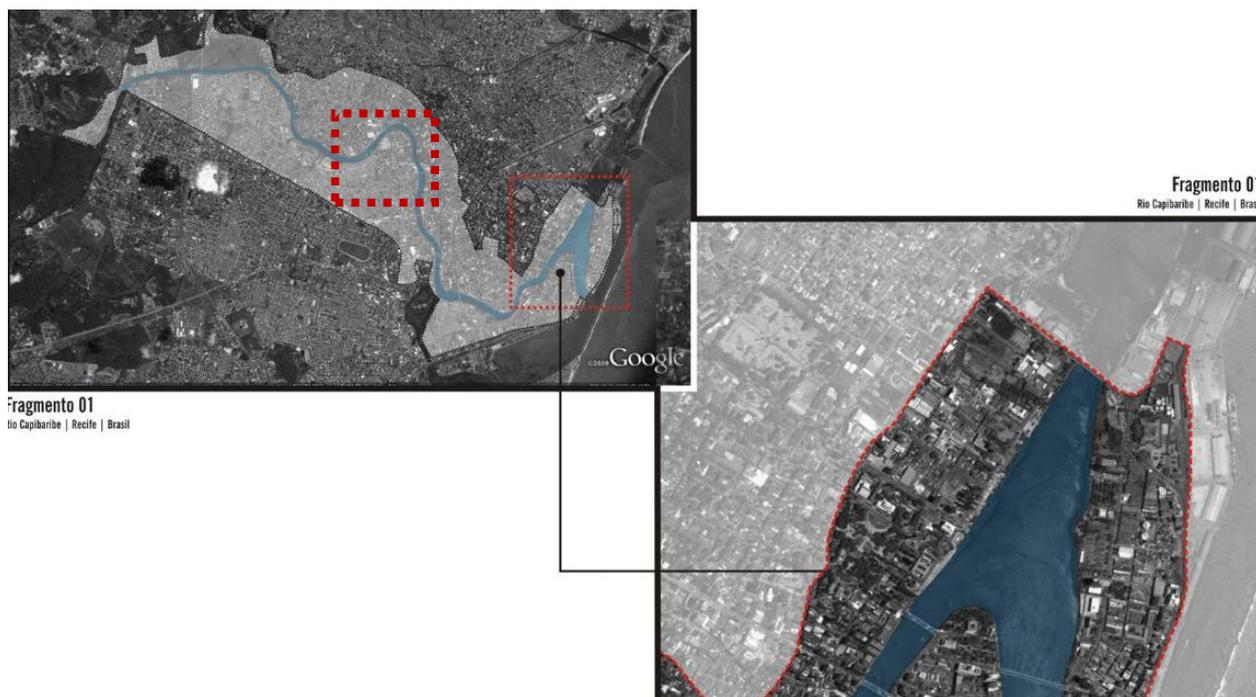


Figura 02: Mapa com o recorte do Rio Capibaribe no Recife demarcando a área de estudo e em destaque parte do centro da Cidade. Desenho sobre imagem de satélite elaborado por Rafael Rangel.

Elemento fisiográfico definidor na formação da cidade, em função do desenvolvimento urbano, passou a ser um “espaço residual” ou negativo do território do Recife, devido, entre outros fatores, ao pensamento subjacente aos instrumentos de ordenação da cidade. Essa condição levou a supremacia de modelos de ordem “urbana” que se detêm predominantemente nas áreas transformadas, “próprias” para o uso e, por outro lado, o meio ambiente natural passou a ser entendido como área de reserva para preservação, ou como, na maioria das vezes, espaços adjacentes dos tecidos construídos que configuram os bairros que o margeiam.

Esse fato se relaciona a uma cultura que, além de não tomar a forma do conjunto territorial em sua totalidade, pouco considera a interrelação entre os espaços abertos (o rio e suas margens) e os construídos. O resultado desse cenário materializa-se na diversidade morfotípologica das bordas do rio que não se vincula, na maioria dos casos/trechos, às características do lugar, ou aos tipos de habitar. Esse descompasso acarreta fragmentações e dispersões espaciais que interferem na integração desse curso d'água com a cidade em grande parte de seu percurso.

Tratado de forma setorizada, a partir de iniciativas que não o tomam como critério de ordenação da cidade e mostra dificuldades em efetivar projetos que promovam sua articulação com o ambiente construído, as bordas do rio Capibaribe refletem, através do seu tecido edificado, interfaces comprometidas com o ambiente natural.

## Um recorte.

Dos bairros por onde o rio Capibaribe percorre o Recife, o recorte referente ao espaço entre as pontes da Capunga e a da Madalena, margeia os bairros da Madalena à esquerda e o das Graças à direita do seu percurso, configurando-se de forma singular. Atualmente, é densamente representado por espaços construídos por meio da habitação multifamiliar vertical e possui morfologia distinta em cada margem.

Do lado esquerdo do rio Capibaribe, no bairro da Madalena, a Avenida Beira Rio e seus espaços de convívio o margeia. As quadras subdivididas em lotes configuram-se voltadas para essa via ou espaço público principal, conseqüentemente, tem a implantação dos edifícios voltada para o rio. As quadras constituídas por parcelas dispõem sua massa construída a partir dos afastamentos lateral, frontal e de fundo. Nessa margem, se identifica uma maior acessibilidade e permeabilidade ao rio Capibaribe, pois no trecho estudado, há a inserção de uma faixa de transição entre o rio e a pista de rolamento (Av. Beira Rio), onde funcionam diversas atividades de lazer que resultam em um interessante espaço coletivo.



Figura 03: Margem direita do Rio Capibaribe  
Fonte: Skyscrapercity Avenida Beira Rio, 2011.



Figura 04: Borda do Capibaribe no bairro da Madalena.  
Fonte: Skyscrapercity Avenida Beira Rio, 2011.

Já na margem oposta, no bairro das Graças, tem-se uma relação diferente com rio, pois nesta, a configuração dos lotes faz divisa com o rio e as edificações se implantam de forma perpendicular ao mesmo. Nesse caso não existe uma relação espacial com o todo, pois a ausência de espaços abertos de transição com o rio salienta a condição individual das edificações. Configuram-se como objetos e não como uma relação de objetos a qual se pode dar uma maior integração com o rio Capibaribe. Nesse sentido, os espaços abertos se restringem às ruas perpendiculares ao rio, e aos espaços abertos privados, residuais das edificações implantadas parcela à parcela. O conjunto das quadras se posiciona como barreira que compromete a permeabilidade do todo e a acessibilidade ao Rio.



Figura 05: Bordas do Rio Capibaribe no trecho objeto desse estudo.  
Fonte: Skyscrapercity Avenida Beira Rio, 2011.



Figura 06: Bordas do Rio Capibaribe no bairro das Graças.  
Fonte: Skyscrapercity Avenida Beira Rio, 2011.

Pode-se considerar que uma “pequena” diferença referente à presença da Avenida Beira Rio em sua margem esquerda configura outra morfologia para implantação de um mesmo tipo edilício, comprometendo todo o sistema de integração dos objetos arquitetônicos edificados com o rio Capibaribe. Edificações verticais resultantes de um conjunto de normativas pautadas nas mesmas interpretações do movimento moderno, em ambas as margens. Tal fato leva a crer que a ausência do espaço aberto principal, a Avenida Beira Rio, seria o elemento causador da desarticulação espacial da margem direita e, numa escala maior, a falta de relação entre as pontes em questão. Por sua vez, deve-se destacar que a Avenida Beira Rio foi resultante de um projeto urbano para a cidade com o propósito principal de fruição do tráfego e não da articulação dos elementos urbanos ou das relações entre seus objetos. Caberia ressaltar outra desarticulação, agora referente aos diferentes instrumentos urbanísticos que constroem as cidades através das transformações de seus espaços.

A problemática apontada através desse caso, aquém de encerrar o tema, vem de encontro às práticas do ensino do projeto arquitetônico, do projeto urbano, de suas interfaces e a crítica necessária sobre os instrumentos urbanísticos que têm projetado as cidades brasileiras, ao transformá-las.

## Considerações finais

### Do objeto ao sistema de objetos

Espaços limítrofes, entre a água e a terra, ou entre o natural e o construído, têm-se configurado como um tipo de periferia dentro das cidades e, portanto, conferem-se como objetos de análise e de projeto de enorme instigação e relevância. Inscritos como espaços de identidade do território, o reconhecimento do suporte natural é indispensável tanto para as práticas projetuais, quanto para o projeto implícito de cidade contido nas regras de construção ou das normativas urbanas.

Essa especificidade dos espaços de bordas de rios como limítrofes, oferece um campo fértil para entender e tratar o território como um *sistema*. Para tal, perguntar-se-ia: O projeto do objeto e o projeto das relações entre os objetos se restringiria ao projeto urbano?

Vimos que a problemática tratada vai além do projeto urbano. A interseção entre instrumentos de projeto é obviamente necessária. Porém, o que buscamos ressaltar neste artigo, foi o papel do espaço aberto como “espaço de relações”, demonstrando assim, a necessidade de sua inter-relação com projeto do objeto arquitetônico ou dos objetos, independente de sua escala de intervenção.

Ao espaço aberto, de uso coletivo, cabe aferir uma arquitetura ainda mais contextual por buscar sua condição sistêmica, não deixando de recordar princípios há muito tempo relevantes ao campo da arquitetura, ou seja: *toda e qualquer obra de arquitetura, por mais independente que possa parecer, relaciona-se com os diversos elementos que formam seu entorno próximo. Estas relações, que são geradas a partir das composições espaciais com outros objetos, devem auxiliar na conformação do espaço arquitetônico, reforçando a idéia de unidade entre estes distintos elementos. Uma edificação, uma montanha, ou um rio, são apenas alguns destes elementos que estão presentes no espaço e que devem, de alguma forma, ser considerados ao definir o partido arquitetônico, de modo a orientar positivamente no desenvolvimento do processo de projeto.*

Muito, porém, precisa ser estudado para percorrer um caminho de integração harmônica onde a cidade, seu suporte natural e arquitetura, se relacionem produzindo paisagens de síntese. O primeiro deles residiria em investigar e tratar os espaços limítrofes, como os das bordas de rios urbanos. Projetar em sítios históricos, em localidades com pre-existências, em territórios de vazios, e suas variantes, já tem sido uma prática em muitas escolas. O que propomos é tomar esses espaços de bordas como um lugar para projetar, considerando as relações entre os objetos para projetar o objeto. Nesse caminho, cremos que o espaço aberto, qualquer que seja sua natureza, ganhará a devida relevância.

## Referencias bibliográficas

BUTINA, Geórgia. **The Use of Urban History in the Design of Local Urban Areas.** *Urban Design Quarterly*, número 25, Dezembro, pags 7-8, 1987.

CONDEPE/ FIDEM- Fundação de Desenvolvimento Municipal. **Mapeamento dos recursos hídricos da superfície da RMR.** Recife: FIDEM, 1979.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade.** Porto: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

LISTA, Antonio i SABATÉ, Joaquín. **Projectant l' eix del Llobregat. Paisatge cultural i desenvolupament regional.** Barcelona: Ed. impresiones Generales SA, 2001.

MORALES, Ignasi de Solá. **Territorios.** Barcelona: Ed. Gustavo Gili SA, 2002.

MORALES, Manuel de Solá. **De cosas urbanas.** Barcelona: Ed. Gustavo Gili SA, 2008.

MCHARG, Ian L. **Proyectar con la naturaleza.** Barcelona: Ed. Gustavo Gili SA, 2000.

PANERAI, Philippe. **Análise urbana.** Brasília: Ed. UNB, 2006.

ROSSI, Aldo. **Arquitetura da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SABATÉ, Joaquín. **El proyecto de la calle sin nombre.** Los reglamentos urbanos de la edificación. París – Barcelona: Fundación Caja de Arquitectos. Barcelona, 1999.

\_\_\_\_\_ **De la preservación del patrimonio a la ordenación del paisaje** in *Identities.* Barcelona: Ed. Laboratorio Internacional de Paisajes Culturales, 2005.

\_\_\_\_\_ **El patrimonio de la forma del territorio como criterio de ordenación.** Valladolid: Ciudades 4, 1994.

STORCH, Andréa M. L. **O espaço aberto como elemento do projeto da cidade.** In NÓBREGA, Maria de Lourdes Carneiro (org). *Arquitetura e urbanismo: projeto, estudos urbanos, patrimônio.* Capítulo 04. Recife: Prazer de Ler, 2010.

\_\_\_\_\_ **Ponte a Ponte: uma investigação sobre as apropriações sociais das margens do rio Capibaribe nos bairros da Madalena e das Graças.** Dissertação de Mestrado. Mestrado em Desenvolvimento Urbano. UFPE, 2000.